



ADPEMA Notícias 33

DEFENSOR PÚBLICO.
*Transformando
a causa de um no
benefício de todos.*

05/02/2016 - Associados da ADPEMA terão desconto no XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional



A ANADEP é uma das apoiadoras oficiais do **XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, que acontecerá entre os dias 26 e 28 de maio, no Teatro Guáira, em Curitiba. Após parceria com a ABDConst – Academia Brasileira de Direito Constitucional – os associados da Associação Nacional terão desconto de **até 10%** na inscrição que pode ser feitas no site: www.abdconst.com.br/simposio. Defensores Públicos do Maranhão poderão gozar deste desconto.

O XII Simpósio reunirá relevantes pensadores brasileiros e estrangeiros. O público do evento poderá ainda participar de eventos paralelos, apresentando trabalhos acadêmicos aprovados por dois Professores Doutores, ampliando o debate sobre a Liberdade, tão decisivo em tempos de intolerância.

A contribuição do XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional será a discussão jurídica sobre temas contemporâneos, os quais são essenciais na formação dos acadêmicos do Direito.

Ao final será elaborado um documento final, que servirá como uma Carta sobre a questão da Liberdade.

Presenças confirmadas

A conferência de abertura do XII Simpósio de Direito Constitucional será realizada pelos juristas Dalmo Dallari (presidente de honra da ABDConst, o professor emérito da USP) e José Afonso da Silva (professor da USP e membro catedrático da ADBConst). Confirmaram presença como conferencistas os ministros do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e José Antônio Dias Toffoli e o juiz Sérgio Moro.

O jurista português José Joaquim Gomes Canotilho, professor da Universidade de Coimbra, considerado por muitos como um dos nomes mais relevantes do Direito Constitucional da atualidade, marcará presença como conferencista no Simpósio. Além dele, também acudirá ao evento o Professor da Ludwig Maximilians Universität, de Munique (Alemanha), Moris Lehner. Também confirmaram presença os juristas brasileiros Lenio Streck, Flavia Piovesan, Marçal Justen Filho e René Ariel Dotti, os doutores em Direito e professores José Dallegrove, Ingo Sarlet, Ricardo Lodi, Ana Paula de Barcellos, Gisela Maria Bester, Gerd Willi Rothmann, Gustavo Tepedino, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Heleno Torres, Luiz Alberto David Araujo, Alexandre Moraes da Rosa, Eduardo Talamini, Nelson Nery, Egon Bockmann Moreira, Fernando Facury Scaff, George Salomão, João Otávio de Noronha, Paulo Modesto, Paulo Ricardo Schier, Silvio Venosa, Paula Forgioni, Betina Treiger Gruppenmacher, Mario Midón e Aury Lopes Jr.

Também integram o rol de conferencistas, o presidente executivo da ABDConst e professor Marco Marrafon, Flávio Pansieri, Francisco Monteiro Rocha Júnior e Carlos Eduardo Pianovski.

Sobre o Simpósio – A primeira edição do Simpósio Nacional de Direito foi realizada em 1999 por acadêmicos de Direito que, no ano seguinte, fundaram a Academia Brasileira de Direito Constitucional – durante o II Simpósio. O evento possui o objetivo de promover o debate de temas atuais e de relevância do Direito Constitucional, com os principais atores do cenário jurídico do Brasil. Desde 2001 é realizado durante 3 dias, consolidando-se desde a sua quinta edição como um dos maiores eventos do Brasil e do mundo na área do Direito Constitucional, sendo divulgado em 36 países. O Simpósio aconteceu anualmente de 2000 a 2004 e a partir de 2006 passou a ocorrer a cada dois anos. Ao longo desse período o evento reuniu mais de 20 mil pessoas.

[Website: http://abdconst.com.br/simposio/](http://abdconst.com.br/simposio/)

Fonte: Ascom Anadep

04/02/2016 - ANADEP e Coordenação Geral de Combate à Tortura da SDH reúnem-se em Brasília



A diretoria da ANADEP reuniu-se nesta quinta-feira (4) com a Coordenação Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para discutir sobre as audiências de custódia. Aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 15 de dezembro, a resolução sobre o tema foi publicada na sexta-feira (8/1) no Diário de Justiça Eletrônico. O projeto entrou em vigor na segunda-feira (1º de fevereiro). Audiência de Custódia prevê a obrigatoriedade da apresentação do réu preso em juízo no prazo de 24 horas, o que servirá para o controle da legalidade da prisão provisória e também para a verificação e o combate a maus tratos e tortura.

Ao abrir a reunião, a Coordenadora-geral de Combate à Tortura Karolina Alves Pereira de Castro apresentou ao grupo todo o trabalho da pasta sobre o assunto e também sobre a importância da participação dos defensores na audiência de custódia. “O papel da Defensoria de orientar os presos é fundamental. A Defensoria é uma instituição aberta para o diálogo sobre os direitos humanos”, apontou a coordenadora. A ideia do CGCT é produzir um documento oficial em parceria com os defensores públicos para orientar a categoria sobre a modalidade.

Segundo a vice-presidente da ANADEP, Marta Zanchi, há tratativas entre a Associação Nacional, a Escola Nacional dos Defensores Públicos e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para promover um curso de capacitação voltado aos defensores públicos sobre a temática.

O encontro contou com a participação das vice-presidentes da ANADEP, Marta Zanchi (institucional) e Thaísa Oliveira (Administrativo); a diretora para assuntos legislativos da Associação, Clarice Binda; a diretora da Escola Nacional dos Defensores Públicos, Fernanda Mambrini; e os membros do CGCT Dalila Negreiros e Paulo Victor Pacheco.

Fonte: Ascom/ANADEP

04/02/2016 - ADPEMA, Rede de Justiça Criminal e ITTC debatem pauta legislativa



A Presidente da ADPEMA e Diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Binda; o presidente da ANADEP, Joaquim Neto e a vice-presidente da Associação, Marta Zanchi reuniram-se nesta quinta-feira (4) com a coordenadora da Rede Justiça Criminal de Brasília, Andressa Porto, para discutem sobre a pauta legislativa em comum entre as Entidades. A ideia é alinhar o trabalho que será desenvolvido no Congresso Nacional.

Durante o encontro, a diretoria também falou com o diretor do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) Flavio Siqueira Júnior para debater sobre normativas internacionais, entre elas, o controle de convencionalidade.

Fonte: Ascom/ANADEP

04/02/2016 - STF determina governo mineiro cumprir repasse à Defensoria Pública



Decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Flichin determinou nesta quarta-feira (03) que o governo de Minas Gerais repasse à Defensoria Pública a integralidade dos recursos correspondentes a dotação orçamentária prevista para o mês de janeiro, incluindo os créditos suplementares e especiais. Na decisão o ministro relator destacou que o valor deve ser disponibilizado até o dia 20 de cada mês, em conformidade com o que determina a Constituição Federal no artigo 168.

A ADPF 384 foi uma iniciativa da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) após o governador repassar parte do recurso previsto para o mês de **janeiro**.

Confira a decisão: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4919374>

Fonte: Ascom/ANADEP

04/02/2016 - ADPEMA participa de 1ª AGE da ANADEP neste ano



A diretoria da ANADEP e os representantes das Associações Estaduais reuniram-se nesta quarta-feira (3), em Brasília, durante assembleia geral extraordinária para traçar o planejamento estratégico para 2016 e a construção da pauta legislativa. Na ocasião, a Presidente da ADPEMA e Diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Binda, esteve presente.

Campanha: Na assembleia foi aprovado a identidade visual da Campanha Permanente que a ANADEP trabalhará em parceria com os estados durante todo o ano. Sob os slogans, "Garantir o seu direito é nosso maior feito" e "Defensor Público: Transformando a causa de um em benefício de todos", as associações destacarão o trabalho do defensor público para o acesso à Justiça, a garantia dos direitos humanos e os serviços voltados às camadas mais vulneráveis da sociedade.

O movimento antecederá a Campanha Nacional 2016, que este ano terá como tema central o acesso à saúde. O lançamento será após o carnaval com veiculação de vídeos, entre outras ações. Nos próximos dias, a ascom ANADEP enviará as peças para os estados.

ENADEP: A nova diretora da Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP) Fernanda Mambrini Rudolfo aproveitou o momento para apresentar aos participantes o novo calendário de atividades da Escola e para formalizar a construção de novos projetos.

Participaram da reunião representantes dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Fonte: Ascom/ANADEP

02/02/2016 - #DefensoriaSim: ANADEP reúne-se com deputado Alberto Fraga



Com o início do ano legislativo no Congresso Nacional, a diretoria da ANADEP retomou nesta terça-feira (2) as atividades legislativas na Casa. Já na manhã de hoje, a vice-presidente institucional da Associação, Marta Zanchi, e a diretora para assuntos legislativos, Clarice Binda, reuniram-se com o deputado Alberto Fraga (DEM/DF) para tratar de projetos de interesse da Defensoria Pública.

Durante o encontro, o parlamentar destacou o trabalho realizado pelos defensores públicos no atendimento da camada mais vulnerável do país e se mostrou aberto para discutir propostas de interesse da categoria. “Estou aberto para o diálogo e à disposição para colaborar”, destacou Fraga.

As diretoras apresentaram o trabalho da ANADEP e também falaram sobre a atuação das Comissões Temáticas da Associação que atuam nas áreas de infância e juventude, saúde, dentre outras.

Fonte: Ascom Anadep

02/02/2016 - ANADEP reúne-se com CNBB para discutir autonomia da Defensoria Pública



O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Leonardo Ulrich Steiner, recebeu nesta terça-feira (2) a diretoria da ANADEP para debater a autonomia da Defensoria Pública. Participaram do encontro: as vice-presidentes da ANADEP, Marta Zanchi (institucional) e Thaísa Oliveira (administrativo); e a diretora para assuntos legislativos da Associação, Clarice Binda.

Ao iniciar a reunião, as defensoras entregaram em mãos a Carta Aberta de Curitiba ao Secretário-Geral. Sob o título "Por que a Defensoria Pública precisa se manter autônoma?", o documento visa a aproximar a Instituição dos movimentos sociais e assim destacar à sociedade a importância da AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA para o acesso à Justiça, a ampliação dos serviços oferecidos pela Instituição e a defesa dos direitos sociais e à cidadania. A Carta já recebeu 241 apoios.

"Nós defendemos a autonomia da Defensoria Pública", afirmou Leonardo Ulrich Steiner. Segundo o Secretário-Geral, a Defensoria tem um trabalho importante no atendimento da população mais vulnerável do país.

Ao apresentar os dados do IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, a vice-presidente da ANADEP, Marta Zanchi, destacou que nos últimos anos a Defensoria Pública realizou mais de 10 milhões de atendimentos. Um crescimento de 176% desde 2009. Além disso, apontou o trabalho positivo das Defensorias Públicas junto à Pastoral Carcerária, Pastoral da Terra e Pastoral da Criança. "As pautas da Defensoria Pública são relacionadas às da CNBB que dialoga e trabalha para os necessitados", explicou.

Pauta Legislativa: A diretoria também foi recebida pelo Padre Paulo Renato Campos que assumiu nesta segunda-feira (1) a Assessoria Política da CNBB. Entre suas atribuições estão a de assessorar diretamente a Presidência da CNBB sobre temas ligados à política brasileira, acompanhar assuntos de interesse da Igreja Católica junto ao Congresso Nacional, à Presidência da República e ao Supremo Tribunal Federal. Renato Campos afirmou que a assessoria será um canal aberto de diálogo da ANADEP.

Fonte: Ascom Anadep

02/02/2016 - No Dia da Visibilidade Trans, a ANADEP promoveu o I FÓRUM DE DEFENSORIAS PÚBLICAS E DIREITOS LGBTI



O evento, que ocorreu na sede da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, teve por objetivo debater e aprovar proposições para todas as Defensorias Públicas no Brasil sobre atuação em defesa dos direitos LGBTI e dar encaminhamento às principais demandas de interesse desta comunidade através do contato direto com os movimentos sociais. O Defensor Público do Maranhão e Associado, Vitor Eduardo Oliveira, participou ativamente das atividades e contou com o apoio da ADPEMA. O Defensor Vitor Eduardo é membro da Comissão da Diversidade Sexual da ANADEP e compôs a comissão organizadora do evento.

O coordenador da Comissão da Diversidade Sexual da ANADEP, Sérgio Lima, afirma que a proposta do Fórum é abrir um canal permanente de diálogo. "A Comissão visa promover um diálogo e debate sobre este tema. O grupo LGBTI é vulnerável e queremos levantar discussões acerca dos direitos civis deste grupo. Nós, defensores públicos, precisamos entender esta demanda e saber como agir e nada melhor que levantar esta discussão no Dia da Visibilidade Trans. Os defensores são promotores dos direitos humanos e o Fórum é um canal fundamental para o diálogo e onde podemos trazer orientações e meios de atuação", pontuou.

O presidente da ANADEP, Joaquim Neto, destacou a atuação dos defensores públicos na área e sobre a importância dos Núcleos Especializados que atendam o grupo LGBTI. "O grupo LGBTI tem sofrido diariamente violações de seus direitos e a Defensoria é essencial para a proteção e garantia de seus direitos. Temos de Norte e a Sul do país exemplos exitosos de casos em que a Instituição garantiu judicial e extrajudicialmente as demandas dessas pessoas que, muitas vezes, são invisíveis para a sociedade", destacou.

O subdefensor público-geral do Rio de Janeiro, Denis Praça, parabenizou o fórum. "O grupo LGBTI é extremamente vulnerável e o papel da Defensoria é justamente promover a proteção dos direitos

humanos, principalmente, dessas minorias", disse. Conforme a coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Symmy Larrat, a Defensoria Pública tem sido a porta de entrada exitosa para tratar sobre a temática LGBTI. "Cada vez mais vão surgir outras demandas deste grupo e que antes não existiam porque a população trans quer sair da invisibilidade. A Defensoria é a mais procurada para garantir os nossos direitos", afirmou. Participaram também da abertura o representante da ANADEF, Emanuel Marques; e a coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis), Livia Cásseres.

RELATÓRIO: Durante o evento foi aberto o prazo para o recebimento de trabalhos que comporão o RELATÓRIO NACIONAL DE ATUAÇÃO EM PROL DA DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, publicação a ser construída a partir de práticas vivenciadas por defensores públicos em todo o Brasil. Interessados em contribuir para a elaboração do referido relatório podem, desde já, acessar o edital. O respectivo material será recebido entre os dias 29 de janeiro de 2016 e 31 de julho de 2016. Os relatos de trabalhos deverão ser enviados para o email diversidadeanadep@gmail.com, com o assunto "Relatório Diversidade - Relato de Atuação".

No corpo do email deverá constar o nome completo do autor ou autora do trabalho, o tema referente à contribuição e um breve esclarecimento sobre a contribuição enviada de, no máximo, 10 linhas. O resultado da seleção será divulgado no portal "www.anadep.org.br" e na fanpage "www.facebook.com/diversidadeanadep".

[Ver edições anteriores »](#)



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br